

# **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**

## **Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST**

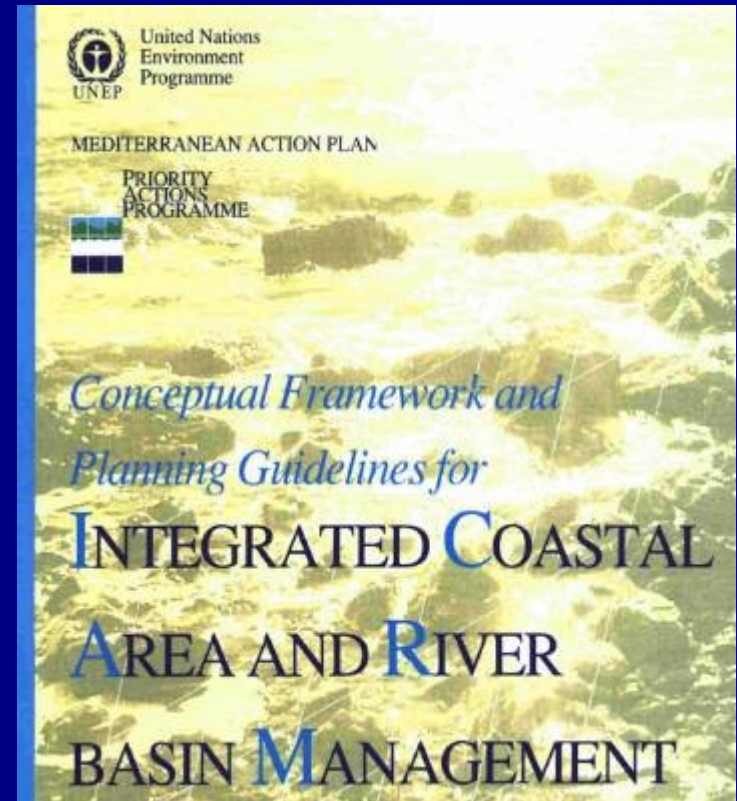
**Proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais nos Planos de Recursos Hídricos de regiões que contenham trechos da Zona Costeira**

# Panorama Internacional

**1999**

Conceptual Framework and Planning Guidelines for Integrated Coastal Area and River Basin Management

*United Nations Environment Programme*  
*UNEP*

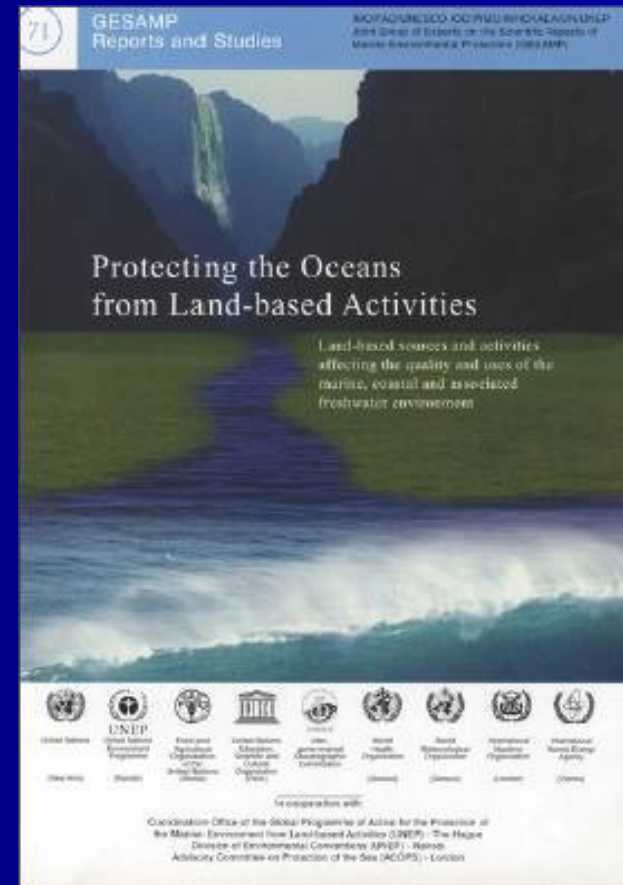


# Panorama Internacional

**2000 / 2001**

Programa de Ação Global para proteção do ambiente marinho frente as atividades baseadas em terra (GPA).

O Brasil apresenta seu Plano Nacional de Ação – PNC com foco nos principais estuários do Atlântico Sudoeste Superior



**A necessidade de integrar a gestão de duas regiões fisicamente interdependentes é foco dos principais fóruns internacionais de discussão, tanto nos que tratam especificamente de Zona Costeira quanto nos que tratam de Recursos Hídricos.**

#### IV Fórum Mundial das Águas (Cidade do México, 2006)

**México 2006**  
IV Foro Mundial  
del Agua

- Fortalecimento de esquemas transversais para o manejo integrado de rios e costas;
- Inter-relações entre a gestão de rios e de costas – progressos em ações locais;
- Desenvolvimento de zonas costeiras e proteção de terras baixas e bacias hidrográficas.



Acciones  
Locales  
para un  
Reto  
Global

# Panorama Internacional

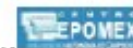
**2006**

## **International Workshop on Freshwater Coastal-marine Management Interlinkages**

**The Global Forum on Oceans, Coasts, and Islands,**

**GEF, IOC/UNESCO, and UNEP/GPA**

**Mexico City, Mexico, January 10-11, 2006**



# 2007



INTERGOVERNMENTAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION  
COMMISSION OCÉANOGRAPHIQUE INTERGOUVERNEMENTALE  
COMISIÓN OCEANOGRÁFICA INTERGUBERNAMENTAL  
МЕЖПРАВИТЕЛЬСТВЕННАЯ ОКЕАНОГРАФИЧЕСКАЯ КОМИССИЯ

اللجنة الدولية الحكومية لعلوم المحيطات

政府间海洋学委员会

## 24ª Assembléia da COI – UNESCO, 2007.

Estratégia de atuação da COI ( 2008 – 2013).

Definição de quatro *objetivos de alto nível*:

- 1: Prevenção e redução das conseqüências dos perigos naturais.
- 2: Atenuação dos efeitos e adaptação às mudanças e variações do clima.
- 3: Proteção da saúde dos ecossistemas costeiros.
- 4: Procedimentos e políticas de gestão para a sustentabilidade do ambiente e dos recursos costeiros e oceânicos.



INTERGOVERNMENTAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION  
COMMISSION OCÉANOGRAPHIQUE INTERGOUVERNEMENTALE  
COMISIÓN OCEANOGRÁFICA INTERGUBERNAMENTAL  
МЕЖПРАВИТЕЛЬСТВЕННАЯ ОКЕАНОГРАФИЧЕСКАЯ КОМИССИЯ

اللجنة الدولية الحكومية لعلوم المحيطات

政府间海洋学委员会

A COI tem dado especial atenção à integração com outras atividades da própria UNESCO.

Neste contexto destaca-se a **integração das questões relativas a gestão de bacias hidrográficas nos programas de gerenciamento costeiro.**

Esta integração é baseada na colaboração estabelecida entre o ICAM e o Programa Hidrológico Internacional (PHI) da UNESCO, que permite elaborar e executar projetos piloto para demonstrar práticas sustentáveis em zonas costeiras com respeito as águas superficiais e subterrâneas, mediante a elaboração de planos e procedimentos de gestão





Programa de las  
Naciones Unidas  
para el Medio Ambiente



**GPA**

**Reunião Intergovernamental para Revisão do Programa de Ação Global para a proteção do meio marinho frente as atividades baseadas em terra.**

Beijing, 16 a 20 de outubro de 2006

## **Declaração de Beijing**

– Ministros e representantes de alto nível de 104 países:



# Declaração de Beijing

[http://www.gpa.unep.org/documents/final\\_igr-2\\_report\\_-\\_spanish\\_1\\_spanish.pdf](http://www.gpa.unep.org/documents/final_igr-2_report_-_spanish_1_spanish.pdf)

*"Considerando* a importância do Programa de Ação Global para a proteção do meio marinho frente as atividades baseadas em terra e a integração das águas doces com enfoque para o ordenamento das zonas costeiras e marinhas e sua contribuição à proteção e a saúde dos meios de subsistência humanos, fomentando ainda, a aplicação do enfoque por ecossistemas."

*"item 7:* Melhorar a cooperação e coordenação em todos os níveis para tratar questões relacionadas às bacias hidrográficas, costas, mares e oceanos de forma integrada e incorporar o ordenamento e o uso sustentável das bacias fluviais, mares e oceanos **nas políticas e programas nacionais pertinentes**, especialmente aplicando enfoques integrados ao ordenamento dos recursos hídricos, das zonas costeiras, além de considerar as alterações físicas e destruição de habitats;"

# Panorama Internacional

## Outras iniciativas



**European Catchments: Catchment changes and their Impact on the coast**



**ADRICOSM - ADRIatic sea integrated COastal areaS and river basin Management system pilot project**

## No Brasil:

**2001:** I Workshop Nacional para Integração das Águas Interiores e Costeiras (Vitória-ES) promovido pela ANA em parceria com o GERCO/MMA

**2004:** Oficina promovida pela ANA para discussão das questões relativas a outorga de direito de uso dos recursos hídricos na Zona Costeira, envolvendo MMA/SQA, ANA, IBAMA, SPU, SEAP, Marinha do Brasil e Câmara dos Deputados;

- Demanda para retomada do tema pelo 6º Fórum Nacional dos Comitês de Bacia, no encontro de Gramado.
- Proposta de criação de Câmara Técnica no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

## No Brasil:

**2005:** I ENCONTRO NACIONAL TEMÁTICO - Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e da Zona Costeira, Itajaí, SC.

**2005:** Aprovação da Câmara Técnica de “Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira” no CNRH.

**2006 – 2007:** Reuniões da CTCOST

**2007:** Capacitação sobre a temática da CTCOST no 9º Encontro Nacional de Comitês da Bacias Hidrográficas, Foz do Iguaçu, com 70 participantes de Comitês de Bacia e Colegiados Costeiros.

**2007:** Curso sobre a temática da CTCOST para o Comitê Lagos São João, RJ.

**2008:** Demanda por novos cursos.

# Dispositivos Legais para a integração

- Lei 9.433/97, art. 3º, diretrizes gerais de ação para implementação da Política, prevê:

“ III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental”;

“ V – a integração da gestão de recursos hídricos com uso do solo”;

“VI – a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.”

# Dispositivos Legais para a integração

**Lei 7.661/88** – O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens;  
I – recursos naturais, renováveis e não renováveis, recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas oceânicas, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias, (...) .

**Decreto 5.300/04** – Art. 5º: São princípios fundamentais da gestão da zona costeira aqueles estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, na Política para os Recursos do Mar e na Política Nacional de Recursos Hídricos.

# ESTRATÉGIA DA CTCOST

**Abrangência:** contato com as mais diversas instituições e profissionais que atuam na área, a análise da legislação pertinente e, principalmente, das questões técnicas mais importantes;

**Efetividade:** identificação das normas legais e mecanismos institucionais que poderiam ser objeto de alteração e que, ao mesmo tempo, pudessem surtir efeito a partir das proposições de integração elaboradas;

**Objetividade:** identificação dos pontos mais relevantes e significativos (técnicos e institucionais) que representassem, da melhor forma possível, o modelo da integração pretendida.



# Grupos de Trabalho

## GT “Planos de Recursos Hídricos”

**Funcionamento:** de 07/03/06 a 28/08/07 (6 reuniões)

**Objetivo:** Revisou a Resolução CNRH nº 17 (Planos de Recursos Hídricos) e o documento básico “Termos de Referência para Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos”, produzido pela SRH/MMA em 2000, e propôs complementações e avaliou se deveria haver nova legislação com o intuito de orientar comitês de bacia a preverem, em seus planos, mecanismos de integração.

# Grupos de Trabalho

## GT “Base Territorial”

**Funcionamento:** de 08/08/06 a 28/08/07 (5 reuniões).

### **Objetivo:**

Estudar como compatibilizar as unidades de planejamento (bacia hidrográfica e base municipal), a partir de uma metodologia que permitisse definir um território comum de gestão.

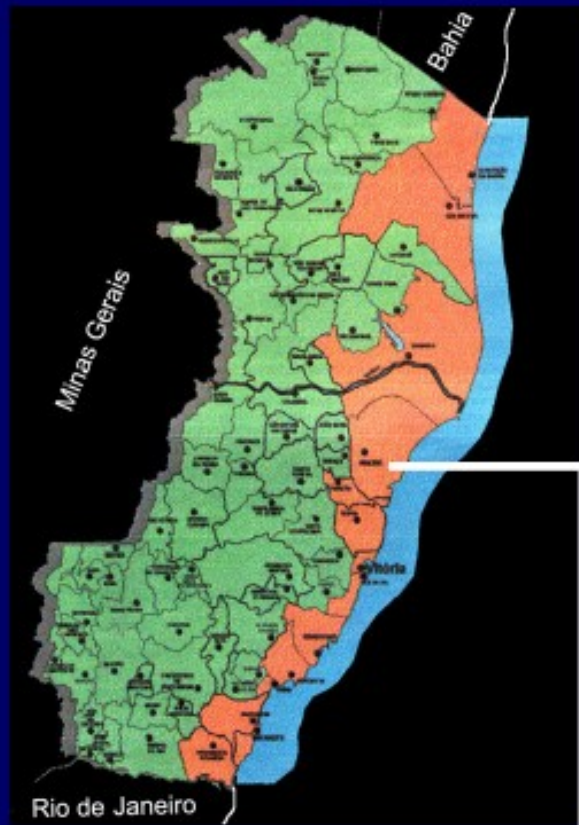
# Planos de Integração



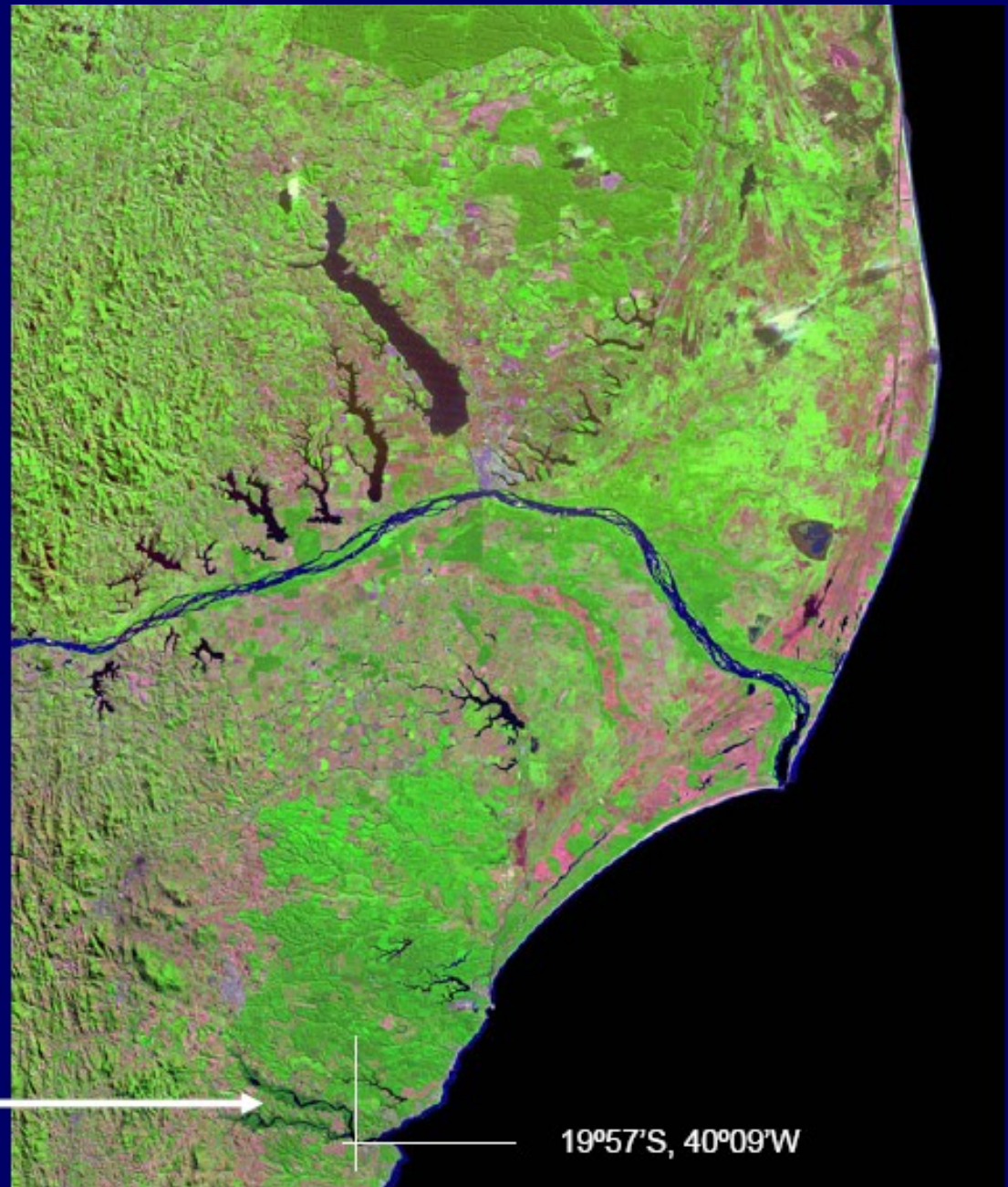
# Definição de Base Territorial para gestão integrada - Estudo de caso - ES

## Geographical Location

### State of Espírito Santo



### Piraquê-açu/Piraquê-mirim estuarine system





## Perspectiva da foz do Rio Reis Magos (Região Hidrográfica do rio Reis Magos) (Município de Fundão, ES)



## Foz do sistema estuarino dos rios Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim



## A proposta de resolução:

**Artigo 1º:** instrui que, assim como os Planos de Recursos Hídricos de bacias que contenham trechos da zona costeira elaborados **após** sua entrada em vigor, também aqueles **anteriores** à sua promulgação sejam atualizados, levando em conta a integração das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas para recursos hídricos e zona costeira adjacente.

**Artigo 2º:** é apresentado um glossário sucinto com definições das áreas estuarina, costeira e suas subdivisões arbitrárias para fins de gestão.

**Artigo 3º:** explicita os itens que devem ser observados nos Planos de Recursos Hídricos de bacias que contenham trechos da zona costeira complementares aos determinados pela Resolução CNRH nº 17/2001.

**Art. 4º:** determina que quando da formulação de diretrizes para o enquadramento dos corpos de água, a outorga e a cobrança pelo uso de recursos hídricos observem as especificidades e limitações levantadas nas Zonas Crítica, Dinâmica e de Influência.



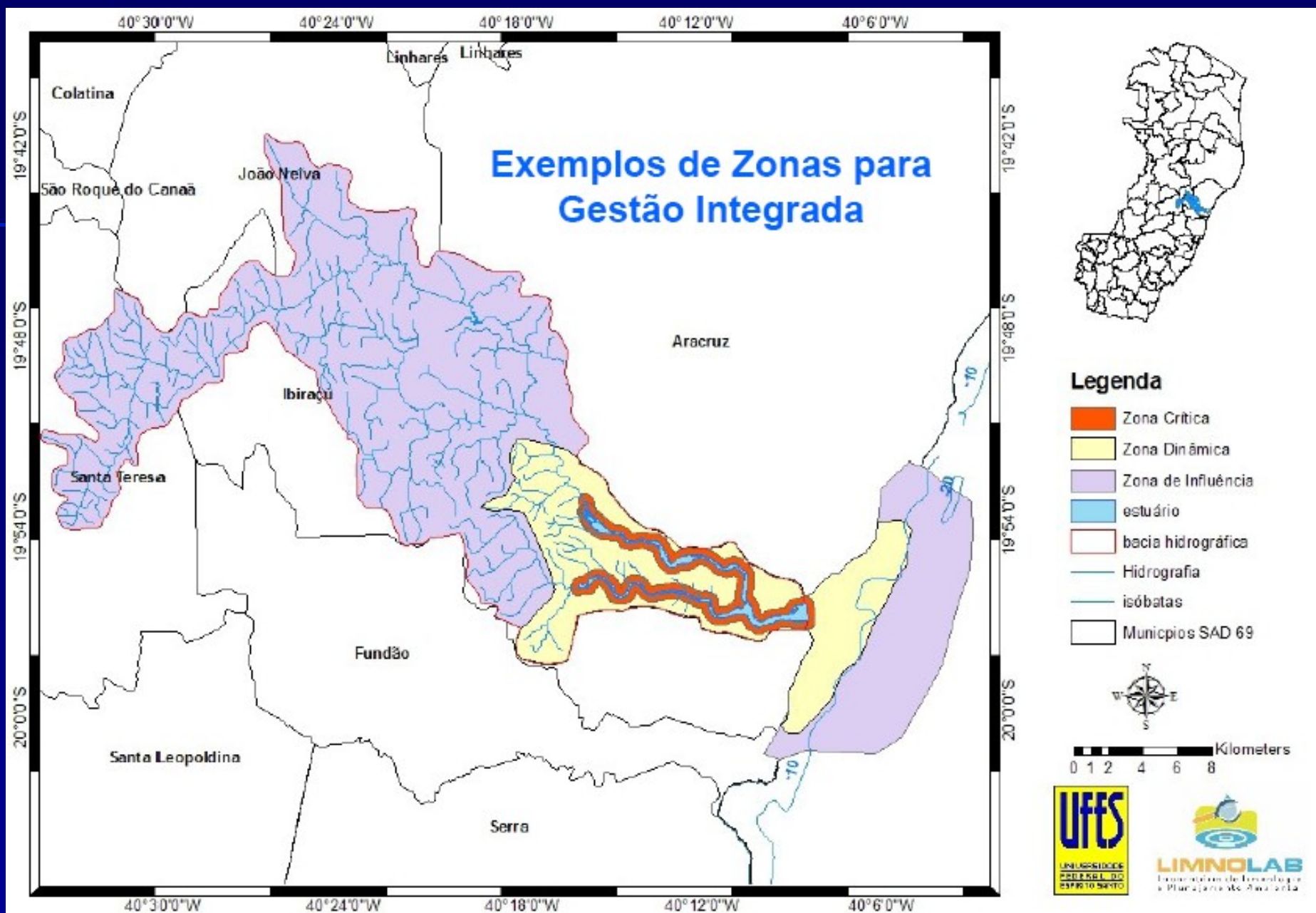
## A proposta de resolução:

**Anexo:** são apresentados 3 quadros sinóticos contendo a definição, justificativa, finalidade, parâmetros e métodos para delimitação das Zonas Crítica, Dinâmica e de Influência.

Os parâmetros para delimitação sugeridos constituem um **patamar mínimo**, podendo ser refinados, caso existam estudos em uma dada bacia ou região que contenham trechos da zona costeira que permitam definir os limites de cada zona com maior precisão ou detalhe.

## Seqüência de Etapas para o Plano de Bacia em Relação à Interface com a Zona Costeira

- 1ª. etapa: Delimitação da unidade hidrográfica e ambiente marinho adjacente;
- 2ª. etapa: Delimitação das zonas de gestão conforme critérios mínimos definidos;
- 3ª. etapa: Desenvolvimento de diagnóstico dos usos de recursos hídricos, atores sociais e conflitos de uso dos recursos;
- 4ª. etapa: Definição das interfaces de gestão de recursos hídricos e costeiros;
- 5ª. etapa: Sensibilização e percepção/avaliação dos atores sociais (membros do Comitês de Bacia e Colegiados Costeiros)
- 6ª. etapa: Avaliação da necessidade de ampliação das zonas de gestão conforme diagnóstico dos conflitos de usos dos recursos hídricos;



## A proposta de resolução:

Zona crítica: faixa que abrange parcialmente os ambientes terrestres e marinhos, adjacente à linha de costa, em áreas de elevada vulnerabilidade ecológica e sujeita a intensa pressão antrópica, caracterizada pela ocorrência de mistura de água e sedimentos fluviais e marinhos,

Zona dinâmica: área circunvizinha à Zona Crítica, composta pelos ecossistemas ripários, áreas úmidas, sistemas lagunares e segmentos terrestre e marinho da orla costeira adjacente, onde ocorre forte influência de processos naturais e de atividades humanas sobre as características e recursos estuarinos e costeiros;

Zona de influência: área composta pela região hidrográfica em questão e pelo mar territorial, onde ocorrem influências diretas ou indiretas sobre as outras duas zonas.

# Algumas considerações

Deve-se ressaltar que estas zonas não dizem respeito a **novas áreas** de zoneamento ou de aplicação de **novos instrumentos** de gestão.

Tratam-se de zonas específicas para gestão integrada entre as duas políticas, sendo esta integração entendida no plano político, técnico e institucional.

## Algumas considerações

A presente proposta de Resolução não tem a pretensão de **esgotar** as ferramentas necessárias para enfrentar o desafio de promover tal integração, como determinado pela Lei nº 9433/97, mas poderá ser a **primeira peça** de uma estratégia mais ampla de atuação político – institucional.

A proposta de Resolução está **alinhada** com normas e experiências internacionais com demandas legais claras e, certamente, colocará o Brasil numa posição de **destaque** no que se refere à proatividade no trato desse tema.

# Algumas considerações

A escolha dos Planos de Recursos Hídricos como primeiro instrumento a ser trabalhado se deve ao seu **caráter disseminador de diretrizes** para os demais instrumentos da PNRH, bem como de orientação aos comitês de bacia para começarem a lidar com mecanismos de integração entre os sistemas de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro.

A proposta de Resolução encaminhada contempla manifestações de diversos comitês de bacia e conselhos estaduais de recursos hídricos e do "sistema GERCO", configurando-se, de certa forma, em uma proposta com relevante grau de **legitimidade**.



Ademilson Zamboni

Gerente de Qualidade Costeira e do Ar  
Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria  
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

Fone: (61) 3317-1161

Fax: (61) 3317-1759

Email: [ademilson.zamboni@mma.gov.br](mailto:ademilson.zamboni@mma.gov.br)

**[www.mma.gov.br/sigercom](http://www.mma.gov.br/sigercom)**